

Nivianne Lima dos Santos Araujo
Ronaldo da Silva Araujo

**QUESTÕES ESPECÍFICAS
PARA ATUAÇÃO EM AUDITORIA NAS INSTITUIÇÕES
AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO
CENTRAL DO BRASIL (BCB)**

**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES
INDEPENDENTES (CNAI)**

Autores:

Nivianne Lima dos Santos Araújo
Mestre em Contabilidade

Ronaldo da Silva Araújo
Mestre em Administração e Controladoria
Professor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

**QUESTÕES ESPECÍFICAS
PARA AUTORIZAÇÃO EM AUDITORIA NAS INSTITUIÇÕES
AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO
CENTRAL DO BRASIL (BCB)**

**CADASTRO NACIONAL DE EDITORES
INDEPENDENTES (CNAI)**

1º edição

Editora Itacaiúnas
Ananindeua - Pará
2020

Conselho editorial / Colaboradores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel - Universidade Federal do Pará, Brasil

José Antônio Herrera - Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros - Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto - Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum - Universidade Federal do Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane - Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa - Universidade do Minho, Portugal

Ofelia Pérez Montero - Universidad de Oriente- Santiago de Cuba, Cuba

Editora chefe: Viviane Corrêa Santos - Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e webdesigner: Walter Luiz Jardim Rodrigues - Editora Itacaiúnas, Brasil

Editor e diagramador: Deividy Edson Corrêa Barbosa - Editora Itacaiúnas, Brasil

1ª edição

Editoração eletrônica/ diagramação: Deividy Edson
Organização e preparação de originais: Walter Rodrigues
Projeto de capa: Walter Rodrigues
Bibliotecários Consultados: Odílio Hilario Moreira Junior -
CRB-8/9949 e Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A658 Questões específicas para atuação em auditoria nas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB): Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) / Nivianne Lima dos Santos Araujo e Ronaldo da Silva Araujo. – Ananindeua, PA : Itacaiúnas, 2020. 68 p. ; PDF ; 2 MB.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-88347-42-3 (Ebook)
DOI: 10.36599/itac-ed1.036

1. Contabilidade. 2. Administração. 3. Questões de exame. I. Araujo, Nivianne Lima dos Santos. II. Araujo, Ronaldo da Silva. III. Título.

CDD 657
CDU 65.012.42

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Contabilidade 657
2. Administração 65.012.42

Sumário

EQT - CNAI – BCB – 20ª edição	6
EQT - CNAI – BCB – 18ª edição	26
EQT - CNAI – BCB – 16ª edição	45
GABARITO do EQT – CNAI – BCB – 20ª edição	64
GABARITO do EQT – CNAI – BCB – 18ª edição	65
GABARITO do EQT – CNAI – BCB – 16ª edição	66
REFERÊNCIAS	67

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)**

**Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pelo
Banco Central do Brasil (BCB)**

20ª Edição - 2019

QUESTÃO 1

Em conformidade com a alteração regulatória promovida pelo Conselho Monetário Nacional em 2018, a partir de 1º/1/2019, as instituições enquadradas nos Segmentos 1 (S1) e 2 (S2), devem limitar o total de suas exposições perante um mesmo cliente ao montante de máximo de 25% (vinte e cinco por cento do Nível I do seu Patrimônio de Referência - PR), exceto as cooperativas de crédito, com percentuais diferentes. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo, considerando as condições que ainda a referida norma regulatória estabelece e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. O cumprimento do limite deve ocorrer de forma consolidada por instituições integrantes de um mesmo conglomerado prudencial, conforme o Cosif.
- II. As administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as instituições não sujeitas à apuração do PR ou o Patrimônio de Referência Simplificado também estão sujeitos à observância do novo limite máximo de exposição por cliente.
- III. O conselho de administração ou, na sua inexistência, a diretoria da instituição, deve deliberar sobre a assunção de exposição que resulte em exposição total perante um mesmo cliente superior a 20% (vinte por cento).
- IV. O caso de ocorrência de excesso em relação ao limite estabelecido implicará a elaboração de plano de redução do excesso ocorrido.

Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 2

São regulamentares as seguintes condições e limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil, para fins do disposto no Art. 34 da Lei n.º 4.595/1964, **EXCETO** a de:

- a) estarem estabelecidas em política que deverá ser aprovada pelo conselho de administração ou, caso inexistente, pela diretoria da instituição e formalizada em documento específico, mantido à disposição do Banco Central do Brasil, juntamente com seu histórico de alterações.
- b) observarão o limite de 10% (dez por cento) do PL ajustado de receitas e despesas em cada data de concessão, para o somatório das operações de crédito contratadas com partes relacionadas e os limites máximos individuais de 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e de 5% (cinco por cento) para contratação com pessoa jurídica.
- c) considerarem qualificada a participação direta ou indireta, detida por pessoas naturais ou jurídicas no capital das referidas instituições, equivalente a 15% (quinze por cento) ou mais das respectivas ações ou quotas representativas.
- d) é considerada como parte relacionada operação que caracterize negócio com interposição de terceiro, com o fim de realizar compra à vista, em leilão público de bens não destinados ao uso, recebidos pela instituição de cliente inadimplente em dação em pagamento de saldo de operações de crédito, em valor acima de limite máximo individual.

QUESTÃO 3

A Resolução CMN nº 4658, de 26/4/2018, estabeleceu normas sobre política de segurança cibernética e requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB devem observar. Para tanto dispõe, entre outras exigências, que a aprovação da política de segurança cibernética deve ser realizada até 6 de maio de 2019, devendo contemplar alguns princípios. Sobre esse assunto, identifique os princípios abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Os objetivos de segurança cibernética da instituição.

- II. Os procedimentos e os controles adotados para reduzir a vulnerabilidade da instituição a incidentes e atender aos demais objetivos de segurança cibernética.
- III. Os controles específicos, incluindo os voltados para a rastreabilidade da informação, que busquem garantir a segurança das informações sensíveis.
- IV. O registro, a análise da causa e do impacto, bem como o controle dos efeitos de incidentes relevantes para as atividades da instituição.

Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 4

A regulamentar Declaração de Appetite por Riscos (RAS) de instituição financeira ou conglomerado prudencial de porte no Brasil deve considerar, entre outros, alguns temas. Sobre esse assunto, identifique os temas abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Os tipos de riscos e os respectivos níveis que a instituição está disposta a assumir.
- II. A capacidade que a Instituição deveria ter para gerenciar riscos de forma efetiva.
- III. Os objetivos estratégicos da Instituição.
- IV. As condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua. Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, III e IV, apenas.

- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 5

A regulamentar estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB enquadradas nos segmentos S1 a S4 objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos relevantes da respectiva instituição. Para tanto, deve prever políticas, estratégias, processos, sistemas, rotinas e procedimentos, inclusive um programa de testes de estresse com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição, onde são consideradas metodologias específicas de avaliação de impactos ou identificação de situações adversas. Sobre esse assunto, identifique as situações adversas abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Análise de sensibilidade: metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.
- II. Análise de cenários: metodologia de teste de estresse que permite avaliar, ao longo de um período determinado, o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.
- III. Análise de instrumentos financeiros: metodologia de teste que objetiva verificar a liquidez de instrumentos financeiros que usualmente compõem a carteira de títulos disponíveis para venda.
- IV. Teste de estresse reverso: metodologia de teste de estresse que permite a identificação dos eventos e circunstâncias adversos associados a níveis predefinidos de resultado, capital ou liquidez, incluindo os que configurem a inviabilidade da instituição.

Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 6

A estrutura de gerenciamento de capital prevê as políticas e estratégias, sistemas, rotinas e procedimentos, inclusive planos de capital e de contingências do capital, de avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de estresse, em conformidade com o regramento normativo, culminando em relatórios gerenciais tempestivos para a diretoria da instituição e ao comitê de riscos e conselho de administração, quando existentes. Quanto aos relatórios citados, assinale a afirmativa **CORRETA** que deve ser incluída:

- a) a estrutura de gerenciamento de capital atual implantada.
- b) os níveis de PR, do Nível I e do Capital Principal atuais.
- c) a estrutura de gerenciamento de capital implantada e os níveis de PR, do Nível I e do Capital Principal, atualizados.
- d) eventuais deficiências da estrutura de gerenciamento de capital e ações para corrigi-las e a adequação dos níveis do PR, do Nível I e do Capital Principal aos riscos incorridos.

QUESTÃO 7

O Banco ABC necessitou aportar relevante posição financeira para clientes com quem mantém contratos de linha de crédito em aberto até determinado limite no dia 31/8/2018, uma sexta-feira. Estando com os recursos em Tesouraria em posição muito apertada no dia, fez operação de reforço de suas reservas em R\$ 78.000.000,00 através financiamento no Banco DEF, que estava com excesso de reservas no dia. Assim, o financiador, o Banco DEF, comprou esses títulos com compromisso de revenda para o próximo dia útil, títulos – LTNs, ao valor de R\$ 78.010.000,00.

Em relação a esta operação, quais os títulos contábeis que demonstram e em quais valores do balancete do 31/8/2018 do Banco DEF?

- a) R\$ 78.010.000,00 debitado em aplicações financeiras de liquidez - revendas a liquidar
- b) – posição bancada e R\$ 10.000,00 creditado em rendas de aplicações interfinanceiras – posição bancada.
- c) R\$ 78.000.000,00 debitado em aplicações financeiras de liquidez - revendas a liquidar – posição bancada.
- d) R\$ 78.010.000,00 debitado em títulos de renda fixa – vinculados a recompras e R\$ 10.000,00 creditado em rendas de aplicações interfinanceiras – posição bancada.
- e) R\$ 78.010.000,00 debitado em títulos de renda fixa – vinculados a recompras.

QUESTÃO 8

O Banco MNO efetivou, em 31 de março de 2019, o financiamento de R\$ 220 mil a cliente para a aquisição por ele de um automóvel de luxo, a uma taxa prefixada de 2,2 % a.m., com a garantia da alienação fiduciária do bem financiado. O contrato de financiamento do referido veículo prevê amortizações em quatro trimestres, de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do principal e encargos integrais incorridos no trimestre. O IOF foi cobrado à vista.

Com relação aos saldos patrimoniais e de resultados, correspondentes a esta operação, constantes do balancete de 30 de junho de 2019, considerando que o referido cliente esteja, nesta data, plenamente adimplente com suas obrigações contratuais, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Empréstimos com R\$ 234 mil e rendas de empréstimos com R\$ 4 mil.
- b) Financiamentos com R\$ 165 mil e rendas de financiamentos com R\$ 4 mil.
- c) Financiamentos com R\$ 234 mil e rendas de financiamentos com R\$ 14 mil.
- d) Empréstimos com R\$ 165mil e rendas de empréstimos com R\$ 14 mil.

QUESTÃO 9

Os exames de auditoria constataram o recebimento pelo Banco XYZ, em 10 de janeiro de 2019, de expediente do Banco Central do Brasil, relativo a recurso apresentado pelo Banco em 20 de dezembro de 2018, em que a Entidade Supervisora do SFN não acolhe os argumentos do referido recurso e confirmam que saldo de financiamento, no valor de R\$ 350.000 seja classificado no nível “H”, independente de o referido saldo devedor não estar vencido por efeito de renegociação com novo período de carência e detenha contratualmente garantia real de R\$ 300.000. Esta operação foi realizada com Grupo Econômico envolvido em operações de corrupção e lavagem de dinheiro já levantadas pela PF e MPF e aceitas as acusações pelo Judiciário. Em decorrência destes fatos, exaustivamente noticiados, o referido Grupo atualmente se encontra em graves dificuldades econômico-financeiras.

Assinale a opção que apresenta os ajustes contábeis que devem ser sugeridos pelo auditor para a Administração ou responsáveis pela governança do Banco XYZ, se for o caso.

- a) Crédito de financiamentos, do subgrupo operações de crédito, a débito de provisões operacionais, em contas de resultado devedoras, no valor de R\$ 350.000.
- b) Crédito de financiamentos, do subgrupo operações de crédito, a débito de provisões operacionais, em contas de resultado devedoras, no valor de R\$ 50.000.

- c) Crédito de provisão para financiamentos, a débito de provisões operacionais, em contas de resultado devedoras, no valor de R\$ 350.000.
- d) Não há ajustes de auditoria a ser proposto. É fato para ser explicado adequadamente em eventos subsequentes.

QUESTÃO 10

O Banco ABC, que vem apresentando resultados satisfatórios e tem um índice de Basileia folgado, teve ganho de causa em ação com trânsito em julgado que promovia há quase duas décadas pelo reconhecimento do IPC integral na correção monetário do seu balanço patrimonial no Plano Verão, de janeiro de 1989, no valor bruto de R\$ 300.000 sob o qual incide IR/CSS R\$ 105.000, em 10 de dezembro de 2018. Esta contingência ativa não foi reconhecida contabilmente no seu ativo patrimonial.

Sobre o(s) ajuste(s) contábil(eis) ou outros esclarecimentos em respectivas notas ou de outra forma, a serem recomendados, ou não, pelo auditor para a Administração ou responsáveis pela governança do Banco ABC, se for o caso, considerando que o valor supera a materialidade de planejamento estabelecida pelo auditor independente, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Não há ajustes ou outros esclarecimentos a serem recomendados pela Auditoria Independente.
- b) Reconhecer o direito no ativo lançando a débito de créditos tributários de impostos e contribuições e a decorrente obrigação tributária no passivo, a crédito de impostos e contribuições a recolher, tendo, em cada caso, contrapartida nas respectivas contas de resultados credora e devedora, bem como fazer ampla divulgação em nota explicativa.
- c) Dar divulgação ao fato em eventos subsequentes nas demonstrações contábeis de 30/11/2018.
- d) Reconhecer o direito no ativo lançando a débito de créditos tributários de impostos e contribuições o valor líquido de tributos, tendo contrapartida na respectiva conta de resultados credora, além de fazer ampla divulgação em nota explicativa.

QUESTÃO 11

Considerando a necessidade de melhorar as opções de investimentos à disposição dos clientes, o Banco ABC ofereceu a alternativa de investimentos em “criptoativos”, através de um fundo de investimentos específico. Julgue os itens abaixo como Verdadeiros(V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Visando identificar se o referido criptoativo não representa uma fraude, o Banco fez diligências para analisar se o software base é livre e de código aberto ou fechado, bem como se a tecnologia é pública, transparente, acessível e verificável para qualquer usuário autorizado.
- II. Por se tratar de investimento indireto realizado por meio de fundos de investimentos constituídos no exterior e geridos por terceiros, o Banco avaliou se o gestor do fundo investido adota práticas e medidas de mitigação de risco equivalentes às que o gestor do fundo investidor adotaria em sua posição.
- III. O Banco adotou medidas para mitigar os riscos de que as posições de custódia desses ativos sejam sujeitas a ataques por parte de especialistas em invasões de sistemas de informações, conhecidos como “hackers”.
- IV. Considerando que o Bacen não regula nem supervisiona operações com moedas virtuais, a realização de transações com moedas virtuais e com outros instrumentos conexos que impliquem em transferências internacionais referenciadas em moeda estrangeira também não são supervisionadas pelo Bacen.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, V, F.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, V, V.
- d) V, V, V, F.

QUESTÃO 12

Sobre a possibilidade de ser administrador de sociedades corretoras no Brasil é **CORRETO** afirmar que:

- a) é possível ser administrador de sociedade corretora no Brasil qualquer pessoa natural, residente no Brasil, desde que atenda às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes.
- b) somente brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados brasileiros podem ser administradores de sociedade corretora, desde que atendam às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes.
- c) é proibido a estrangeiros, mesmo que residam no Brasil, ser administradores de sociedade corretora, ainda que atendam às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes.
- d) é possível ser administrador de sociedade corretora no Brasil, qualquer brasileiro, residente no Brasil ou no exterior, desde que atenda às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes.

QUESTÃO 13

A viabilidade econômico-financeira do grupo de consórcio, nos termos do art. 16 da Lei n.º 11.795, de 2008 (redação dada, a partir de 1º/7/2016, pela Circular nº 3.785, de 4/2/2016), constitui condição prévia para a realização da primeira assembleia geral ordinária e início de funcionamento do grupo; caracteriza-se por haver perspectiva de contemplação de todos os participantes no prazo de duração do grupo; e pressupõe, no mínimo, uma das condições a seguir enumeradas. Acerca desse assunto, assinale a opção **CORRETA**.

- a) É vedado à administradora verificar a capacidade de pagamento dos proponentes quanto às obrigações financeiras assumidas perante o grupo e a administradora.
- b) A administradora está impedida de avaliar antecipadamente os níveis de inadimplência e de exclusão de consorciados que possam impactar o regular fluxo de recursos para o grupo.

- c) Os percentuais de comissões a vendedores contemplados no planejamento do processo de vendas de novas cotas ou de cotas de reposição não devem ser analisados pela administradora.
- d) Visando a viabilidade econômica, a Administradora deverá avaliar a existência de processos e sistemáticas efetivas de cobrança e de renegociação de dívidas de inadimplentes, bem como de recuperação de ativos.

QUESTÃO 14

Norma do CMN fixa em 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio de Referência (PR) o limite máximo de exposição por cliente a ser cumprido por bancos múltiplos, entre outras instituições financeiras nominadas, envolvendo a contratação de operações com os seus respectivos clientes. Assinale a opção que apresenta todos os tipos de operações nominados pela referida regulamentação do CMN (e somente elas) para as instituições citadas.

- a) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e na prestação de garantias, bem como em relação aos créditos decorrentes de operações com derivativos.
- b) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e na prestação de garantias, bem como em relação aos créditos decorrentes de operações com derivativos. Também em operações de subscrição para revenda e de garantia de subscrição de valores mobiliários, bem como em aplicações em títulos e valores mobiliários emitidos por uma mesma entidade, empresas coligadas e controladora e suas controladas (exceto títulos públicos federais, e debêntures de emissão de sociedades de arrendamento mercantil ligadas, se o caso).
- c) Operações de subscrição para revenda e de garantia de subscrição de valores mobiliários, bem como em aplicações em títulos e valores mobiliários emitidos por uma mesma entidade, empresas coligadas e controladora e suas controladas (exceto títulos públicos federais, e debêntures de emissão de sociedades de arrendamento mercantil ligadas, se o caso).
- d) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e na prestação de garantias. Também em operações de subscrição para revenda e de garantia de subscrição de valores mobiliários, bem como em aplicações em títulos e valores

mobiliários emitidos por uma mesma entidade, empresas coligadas e controladora e suas controladas (exceto títulos públicos federais, e debêntures de emissão de sociedades de arrendamento mercantil ligadas, se o caso).

QUESTÃO 15

Segundo as normas do CMN e como consta no Cosif, o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de IR, de base negativa de CS sobre o lucro líquido e de diferenças temporárias somente podem ser livremente efetuados pelas instituições financeiras quando atendidas todas as seguintes condições:

- a) apresentem cumulativamente: (i) histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IR e CS, conforme o caso, comprovado pela ocorrência destas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e com (ii) que haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de IR e CS, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.
- b) apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IR e CS, conforme o caso, comprovado pela ocorrência destas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; ou que haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de IR e CS, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.
- c) apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IR e CS, conforme o caso, comprovado pela ocorrência destas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência.
- d) que haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de IR e CS, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

QUESTÃO 16

Segundo as normas constantes do Cosif, os bancos múltiplos que detenham carteira de arrendamento mercantil, o subgrupo do Ativo Permanente titulado Imobilizado de Arrendamento, compõem-se de:

- a) bens de terceiros arrendados pelo banco, na modalidade arrendamento operacional.
- b) bens de propriedade da instituição, arrendados a terceiros.
- c) bens de terceiros arrendados pelo banco, na modalidade arrendamento financeiro.
- d) bens de propriedade do banco, de uso, com intenção futura de arrendamento para terceiros.

QUESTÃO 17

De acordo com as normas do BCB, as instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, em algumas situações, têm tratamento diferenciado. Assinale a opção que se encontra em conformidade com as normas do BCB para instituições nessa situação.

- a) A partir da data em que foi decretada a liquidação extrajudicial da instituição financeira, extingue-se a obrigação de remeter ao BCB qualquer demonstração financeira.
- b) A partir da data-base da decretação de liquidação extrajudicial da instituição financeira, os administradores em exercício no dia anterior à data da decretação ficam dispensados de assinar qualquer peça contábil.
- c) Os ativos da instituição financeira em liquidação extrajudicial não deverão ser avaliados a valor de mercado.
- d) Os ganhos ou perdas apurados no processo de avaliação dos bens e direitos devem ser transferidos para lucros ou prejuízos acumulados na sua alienação ou baixa.

QUESTÃO 18

Para fins de registros contábeis, consideram-se Instrumentos Financeiros qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio para outras entidades. Das definições abaixo, assinale a opção que se encontra de acordo com as normas do Cosif.

- a) Passivo financeiro poderá ser uma obrigação contratual de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis à própria entidade.
- b) Instrumento de capital próprio poderá ser qualquer contrato que evidencie interesse residual nos passivos de longo prazo de uma entidade após a dedução de todos os seus ativos.
- c) Valor justo é a quantia pela qual um ativo pode ser negociado ou passivo liquidado, entre partes relacionadas e em condições de equilíbrio.
- d) Define-se como transferência de controle de ativo financeiro quando o comprador ou cessionário passa a deter, na prática, o direito de vender ou de transferir o ativo financeiro em sua totalidade, de forma autônoma, respeitando as imposições de restrições adicionais em decorrência da operação original de venda ou transferência.

QUESTÃO 19

Com relação aos procedimentos e registro contábil em operação de custódia de títulos e valores mobiliários nas instituições financeiras, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Os títulos públicos assim como os demais títulos de renda fixa (CDB, LC, etc.) registram-se pelo valor de resgate, os pós-fixados, e pelo de emissão, os prefixados.
- b) Nos lançamentos de cobrança nas contas de compensação, instituição tem obrigatoriamente de utilizar o sistema de escrituração pelo valor índice de R\$ 1,00 (um real), ou pelo valor do documento correspondente, devendo, todavia, manter uniformidade nos registros.

- c) Os valores e bens de terceiros em custódia na instituição devem ser inventariados pelo menos por ocasião do levantamento dos balanços semestrais.
- d) Os documentos relativos a inventários e conciliações de valores em custódia devem ser autenticados e remetidos ao Banco Central, para análise, juntamente com os balanços de cada semestre.

QUESTÃO 20

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito, devem elaborar as demonstrações contábeis de forma consolidada. Acerca desse assunto, assinale a opção **CORRETA**:

- a) Devem aplicar as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no Cosif somente para as sociedades com Patrimônio Líquido superior a R\$ 1.000.000,00.
- b) Devem realizar os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas sejam somente para entidades que estejam sujeitas às normas do Cosif.
- c) Quando o relatório do auditor independente foi divulgado nas demonstrações individuais, fica dispensada a divulgação desse relatório nas demonstrações consolidadas, mantendo-os à disposição do BCB.
- d) Sobre a elaboração, a divulgação e a remessa ao Banco Central do Brasil das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial não se aplica às administradoras de consórcio.

QUESTÃO 21

Durante os trabalhos de auditoria para as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2018, foi constatado que uma contingência cível por ação indenizatória contra o Banco CDE, em valor de R\$ 150.000, o que atinge a materialidade estabelecida para a auditoria, deve ser considerada como de risco “provável”, em razão de ações de mesma natureza terem transitado em julgado

em Tribunal Superior neste ano, com sentença desfavorável ao Banco ABC. A Administração do Banco CDE considerava como de risco “possível”, como vem informando em nota explicativa nas demonstrações contábeis dos últimos seis exercícios. A administração não concorda em modificar este julgamento, insistindo em manter como de risco “possível” até o final desfecho da questão judicial, entrando em divergência com a posição dos Auditores Independentes.

Em razão deste caso, qual o tipo de opinião deve ser emitida no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis de 31/12/2018 do Banco CDE:

- a) relatório com Opinião Sem Modificações.
- b) relatório com Opinião Modificada: tipo Opinião com Ressalva.
- c) relatório com Opinião Modificada: tipo Opinião Adversa.
- d) relatório com Opinião Modificada: tipo Abstenção de Opinião.

QUESTÃO 22

Em linha com o uso de novas tecnologias nos serviços financeiros o BACEN autorizou a criação das Sociedades de Crédito Direto (SCD). De acordo com as normas aplicáveis, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. A SCD é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente, por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, além da análise e cobrança de crédito para terceiros.
- II. A SCD é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.
- III. A SCD atua como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios por meio de plataforma eletrônica, nos

termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

IV.A SCD pode prestar o serviço de emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, V, F.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, V, V.
- d) V, F, V, V.

QUESTÃO 23

Indique a alternativa correta que contenha todas as modalidades que segundo as disposições regulamentares do BCB, em conformidade com o comando do Art. 28 da Lei n.º 4595/1964, somente através delas pode ocorrer aumento do capital das instituições financeiras componentes do SFN.

- a) (i) em moeda corrente; (ii) por incorporação de reservas de capital e de lucros; e (iii) por absorção de créditos de acionistas ou sócios, relacionados com dividendos ou JCP não pagos.
- b) (i) em moeda corrente; (ii) por incorporação de reserva de reavaliação de ativos de uso próprio ou de bens de coligadas e controladas; e (iii) por absorção de créditos de acionistas ou sócios, relacionados com dividendos ou JCP não pagos.
- c) (i) em moeda corrente; (ii) por incorporação de reserva ou lucros; e (iii) de recursos de acionistas/quotistas recebidos para aumento de capital antes da realização do ato societário que delibere sobre este assunto.

- d) (i) em moeda corrente; (ii) por incorporação de quaisquer reservas ou lucros; e (iii) por absorção de créditos de acionistas ou sócios, relacionados com dividendos ou JCP não pagos.

QUESTÃO 24

As instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar, na contabilização e na divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis, o Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 17 de julho de 2009. A este respeito, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Os pronunciamentos citados no CPC 24, mesmo que não referendados por ato específico do Conselho Monetário Nacional, podem ser aplicados pelas administradoras de consórcios.
- b) É vedado ao Banco Central do Brasil estabelecer procedimentos adicionais a serem observados na contabilização e divulgação das informações de que trata este pronunciamento.
- c) O disposto neste pronunciamento não se aplica às administradoras de consórcio, que seguirão as normas editadas pelo Banco Central do Brasil no exercício de sua competência legal.
- d) O disposto neste pronunciamento aplica-se também às administradoras de consórcio, conjuntamente com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil no exercício de sua competência legal.

QUESTÃO 25

O Conselho Monetário Nacional (CMN) pode autorizar o Banco Central do Brasil (BCB) a emitir meios de pagamento, anualmente, até um limite referenciado aos meios de pagamento em circulação em 31 de dezembro do ano anterior, para atender às exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País, devendo, porém,

solicitar autorização do Poder Legislativo, mediante Mensagem do Presidente da República, para as emissões que, justificadamente, se tornarem necessárias além daquele limite. Qual o limite que pode ser autorizado pelo CMN, para o BCB emitir papel-moeda, anualmente, sem necessitar de autorização do Poder Legislativo, considerando os meios de pagamento existentes?

- a) 10% (dez por cento).
- b) 15% (quinze por cento).
- c) 20% (vinte por cento).
- d) 25% (vinte e cinco por cento).

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)**

**Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pelo
Banco Central do Brasil (BCB)**

18ª Edição - 2018

1. O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital deve abranger a avaliação e cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos, citando os já tradicionais riscos de crédito em geral e da contraparte em especial, operacional, de mercado em geral e de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, em particular, e risco de concentração. Além disso, estabelece que deve ser avaliada a necessidade de capital para a cobertura dos demais riscos relevantes a que a instituição está exposta, considerando no mínimo três tipos de riscos.

Assinale a opção que apresenta, de forma completa, esses três tipos de riscos.

- a) Liquidez; estratégia; e reputação.
 - b) Liquidez; estratégia; e falha de controles internos.
 - c) Estratégia; reputação; e falha de controles internos.
 - d) Estratégia; transparência e liquidez.
2. De acordo com a regulamentação, os bancos em geral (há exceções) devem apurar, divulgar e remeter à Autoridade Monetária a Razão de Alavancagem (RA), que deve ser calculada pelo resultado da soma do Capital Principal e do Capital Complementar

(Nível I), dividido pelo resultado da soma das aplicações de recursos registradas no ativo e demais valores de operações não registradas no ativo, mas que envolvem riscos (Exposição Total).

A exposição que deve ser incluída no cálculo da RA deve considerar:

- a) as obrigações e demais modalidades de retenção de riscos e benefícios decorrentes de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que permaneçam registrados no ativo da instituição, nos termos da regulamentação em vigor.
- b) as operações interdependências e demais operações realizadas com instituições que integrem o conglomerado base da apuração do Patrimônio de Referência (PR).

- c) o limite de crédito concedido, mas não utilizado pelo tomador.
- d) aquelas operações referentes à compensação de cheques depositados em contas de clientes, quando a liberação dos respectivos recursos estiver vinculada à efetiva compensação, nos termos da regulamentação em vigor.

3. O total dos recursos aplicados no Ativo Permanente não pode ultrapassar 50% do valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) na forma da regulamentação em vigor. Para o cálculo deste limite de aplicações no Ativo Permanente, não são computados, entre outros, os valores correspondentes às operações de:

- a) crédito sem garantias reais.
- b) investimento em ações ou cotas de sociedades coligadas ou controladas.
- c) arrendamento mercantil.
- d) aquisição de veículos de uso da alta administração.

4. A atividade de auditoria interna faz parte do sistema de controles internos quando não executada por unidade da própria cooperativa de crédito e pode, entre outras opções normativas, ser efetuada:

- a) pelo contador responsável pelas demonstrações contábeis da instituição.
- b) pela firma de auditoria independente responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da instituição.
- c) pela auditoria da entidade de classe ou de órgão central a que a instituição é filiada.
- d) pelo perito judicial indicado pelo juiz da comarca onde está sediada a instituição.

5. O “dia do aniversário”, para fins de ajuste de operações ativas e passivas contratadas com cláusula de variação monetária, é aquele correspondente ao dia do vencimento do título ou da obrigação, em qualquer mês.

Em uma situação específica, o dia da liberação de recursos de uma operação de crédito com cláusula de variação monetária é maior do que posterior ao dia do aniversário previsto contratualmente. Considerando essa situação, qual é o procedimento previsto nas normas vigentes?

- a) Deve ser alterado o dia do aniversário para o dia da efetiva liberação dos recursos.
- b) Deve ser calculado o número de dias compreendido entre o dia do aniversário e o da liberação, reduzindo a apropriação efetuada no primeiro mês.
- c) Deve ser calculado o número de dias compreendido entre o dia do aniversário e o da liberação, complementando a apropriação efetuada no primeiro mês.
- d) Deve ser mantido o dia do aniversário, sem alteração do cálculo dos respectivos encargos.

6. O cálculo para constituição de provisão para de prováveis perdas em operações de arrendamento mercantil deve ser feito com base no:

- a) valor presente das contraprestações de cada contrato considerado, utilizando a taxa de mercado vigente para o tipo de operação.
- b) valor de mercado de cada contrato considerado, à data do registro respectivo.
- c) valor de mercado da carteira de operações da espécie, proporcionalmente a cada contrato considerado.
- d) valor presente das contraprestações, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato considerado.

7. A instituição financeira deve proceder à avaliação dos seus investimentos em bens artísticos e valiosos, observando o seguinte critério:

- a) avaliar mensalmente pelo custo de aquisição, ajustado para refletir o valor de realização.
- b) avaliar mensalmente ao valor justo, apropriando a adequada conta de resultados a diferença entre o valor registrado e o de avaliação.
- c) avaliar semestralmente ao valor justo, apropriando a adequada conta de resultados a diferença entre o valor registrado e o de avaliação.
- d) avaliar semestralmente pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, destinada a ajustar o valor do ativo ao seu preço de mercado.

8. Instituição financeira paga a agentes do sistema de distribuição de títulos, um percentual de 3,5% a.a. calculados sobre o valor dos títulos de sua emissão intermediados.

Assinale a alternativa CORRETA de escrituração deste fato contábil, conforme preveem as normas regulamentares.

- a) Apropria-se na despesa específica de duas formas: (i) no mesmo dia da referida colocação, 2% calculados sobre o valor da captação efetuada; e (ii) o valor restante, calculado de mesma forma, no caso de 1,5%, apropria mensalmente, “pro rata temporis”.
- b) Apropria-se na despesa específica, mensalmente, “pro rata temporis”, os valores correspondente aos 3,5% sobre o valor dos títulos colocados.
- c) Apropria-se na despesa específica no mesmo dia da referida colocação, o valor correspondente aos 3,5% sobre o valor dos títulos colocados.
- d) Apropria-se na despesa específica de duas formas: (i) no mesmo dia da referida colocação, 1% calculados sobre o valor da captação efetuada; e

(ii) o valor restante, calculado de mesma forma, no caso de 2,5%, apropriada mensalmente.

9. O Banco Central do Brasil (BCB) estabelece regras especiais para as instituições financeiras em regimes de liquidação extrajudicial. Assinale a opção que se encontra em conformidade com as regras do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

a) As despesas diferidas relacionadas com sociedade em regime de liquidação extrajudicial, consideradas irrecuperáveis, devem ser amortizadas na sua totalidade no balanço especial de abertura da liquidação extrajudicial, ajustando-se as que tiverem valor conhecido de mercado ao valor de provável realização.

b) Na data da liquidação extrajudicial de instituições financeiras, serão elaboradas as demonstrações financeiras, sendo dispensada, nessas demonstrações específicas, a apresentação do Relatório dos Auditores Independentes.

c) Fica dispensada a avaliação, pelo valor do patrimônio líquido, dos investimentos em sociedades coligadas e controladas em regime de liquidação extrajudicial.

d) Os bens e direitos classificados em outros investimentos, em instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, tais como aplicações por incentivos fiscais, títulos patrimoniais, ações e cotas, bens artísticos e valiosos, coleções (moedas e selos), títulos de clubes e outros direitos de qualquer natureza, correspondentes a investimentos de caráter circulante ou permanente, serão avaliados a valores históricos de aquisição.

10. Na contabilização de operações envolvendo contas do Patrimônio Líquido das instituições financeiras, assinale a opção CORRETA.

a) As Reservas de Lucros a Realizar podem ser utilizadas para compensar prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados.

- b) Os recursos referentes ao resgate de ações ou quotas podem ser pagos aos beneficiários *ad referendum* da assembleia de acionistas ou reunião de quotistas, que irá deliberar a redução do capital social.
- c) Os lucros ou dividendos distribuídos antecipadamente registram-se a débito de Devedores Diversos – Ativo Circulante, devendo ser compensados com os valores efetivamente devidos no período por ocasião dos balanços.
- d) O lucro apurado na venda das ações em tesouraria contabiliza-se em Rendas de Participações Societárias. Ocorrendo prejuízo, este se registra nessa mesma conta, até o limite do saldo originário de lucros em eventuais vendas de lotes anteriores.

11. A consolidação de demonstrações financeiras resulta da utilização de técnica apropriada, que visa apurar informações contábeis de duas ou mais instituições integrantes de conglomerado financeiro, como se em conjunto representassem uma única entidade. Assinale a opção que se encontra em conformidade com as normas de consolidação de demonstrações financeiras.

- a) Conceitua-se como conglomerado, para fins de atendimento ao disposto às normas do BCB, somente as entidades financeiras vinculadas diretamente, por participação acionária.
- b) A parcela correspondente ao ágio ou deságio, que não for absorvida na consolidação, deve ser apresentada no Ativo Permanente, em conta do Diferido, demonstrando a diferença a maior em decorrência da expectativa de rentabilidade futura ou de outras razões econômicas.
- c) Conceitua-se como conglomerado, para fins de consolidação, somente o conjunto de entidades financeiras vinculadas diretamente por participação acionária, não se enquadrando as instituições financeiras caracterizadas pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.
- d) As demonstrações contábeis consolidadas, se publicadas, devem sê-las de forma comparada com as de outros períodos, cabendo observar o Balanço Patrimonial Consolidado, posição de 31 de dezembro corrente comparado com o de 30 de junho do mesmo exercício; e o Balanço

Patrimonial Consolidado, posição de 30 de junho corrente, comparado com o de 31 de dezembro do ano anterior.

12. No que diz respeito à publicação de demonstrações contábeis, assinale a opção que atende ao disposto na regulamentação.

a) É permitido às instituições financeiras a elaboração de Demonstrações Contábeis e de informações complementares por processo eletrônico, podendo ser criados modelos próprios, preservando-se, todavia, a estrutura do espelho contábil, sem qualquer variação de forma.

b) Na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados não precisa ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, devendo ser apresentada à parte.

c) Uma vez elaborados os balancetes dos meses de junho e dezembro, nos quais todas as receitas e despesas operacionais e não operacionais já estão computadas, bem como todas as transações de registro em contas patrimoniais, inclusive imposto de renda e participações e as contas de compensação, somente se admitem os seguintes lançamentos, quando for o caso: (i) distribuição de dividendos; (ii) constituição de reservas de lucros; (iii) compensação de prejuízos com absorção de reservas.

d) As demonstrações contábeis de instituições financeiras, com exceção das corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, devem ser sempre publicadas com os valores expressos em milhares de unidades de moeda nacional.

13. regulamentação do Banco Central do Brasil (BCB) determina a adoção do regime de competência mensal no registro de receitas e despesas. Assinale a opção que atende às normas.

a) As receitas e despesas de períodos seguintes devem ser escrituradas nas adequadas contas retificadoras do ativo e do passivo, quando se tratar de receitas e despesas contabilizadas antecipadamente.

b) Os ajustes de rendas, despesas, ganhos, perdas, lucros ou prejuízos imputáveis a períodos anteriores, que a esses deixarem de ser atribuídos, devem ser registrados na adequada subconta patrimônio líquido, quando sua identificação for atribuída a fatos subsequentes.

c) As rendas não pertencentes a Operações de Crédito e as demais não capitalizáveis nas contas que lhes deram origem, correspondentes ao período corrente e não recebidas, devem ser contabilizadas nas adequadas contas de resultados de exercícios futuros, em contrapartida com a adequada conta do desdobramento Rendas a Receber.

d) As gratificações pagas a empregados e administradores e as contribuições para instituições de assistência ou previdência de empregados contabilizam-se a débito de Lucros Acumulados, quando concedidas por valor fixo, verba ou percentual da folha de pagamento ou critérios assemelhados.

14. Uma instituição financeira liberou para seu cliente em 3/6/2017 um financiamento de equipamentos no valor de R\$ 500.000,00 incidindo juros à taxa prefixada de 1,8% a.m., sendo o pagamento de juros e o principal ao final do prazo de 24 meses. Em que contas e por quais montantes esta operação estará refletida nas contas da instituição financeira em 31 de dezembro de 2017?

a) Contas a Receber com R\$ 556.489,11 e Rendas com Operações de Crédito com R\$ 56.489,11.

b) Financiamentos com R\$ 554.000,00 e Rendas de Financiamentos com R\$ 54.000,00.

c) Financiamentos com R\$ 556.489,11 e Rendas de Financiamentos com R\$ 56.489,11.

d) Empréstimos com R\$ 554.000,00 e Rendas de Empréstimos com R\$ 54.000,00.

15. As instituições financeiras, com algumas exceções, estão obrigadas a manter atividade de auditoria interna compatível com sua

complexidade e subordinada ao Conselho de Administração. Com relação a auditoria interna das instituições financeiras é correto afirmar que:

- a) a atividade de auditoria interna poderá ser realizada pelo auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da instituição.
- b) a nomeação, a designação, a exoneração ou a dispensa do chefe da auditoria interna deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.
- c) a auditoria interna deverá participar dos projetos de melhoria ou desenvolvimento dos controles internos.
- d) o plano anual de auditoria interna deve ser aprovado pelo Diretor Presidente da Instituição.

16. As instituições financeiras, observadas as exceções reguladas, devem manter política de conformidade compatível a suas características e complexidades, de forma a assegurar a administração efetiva do seu risco de conformidade, cuja política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração. Assinale a opção CORRETA.

- a) A função de conformidade pode ser atribuída à função de auditoria interna.
- b) A área de conformidade relatará ao Conselho de Administração, no mês de janeiro de cada ano, o resultado das atividades relacionadas à função de conformidade, de possíveis irregularidades ou de falhas identificadas.
- c) A função de conformidade deve, entre outras atividades, testar e avaliar a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e ao código de conduta, se existente.
- d) A estrutura de administração de riscos não pode, entre outras obrigações, garantir que medidas corretivas sejam adotadas quando falhas de conformidade sejam identificadas.

17. No que concerne ao risco de liquidez, a estrutura de administração de riscos de instituições financeiras deve prever, além de adequado plano de contingência, as políticas, estratégias e processos que assegurem algumas condições. Analise as afirmações abaixo e assinale a opção CORRETA.

- I. identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, contemplando a avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores a noventa dias.
- II. manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser prontamente convertidos em caixa em situações de estresse.
- III. manutenção de perfil de captação de recursos adequados ao risco de liquidez dos ativos e das exposições contabilizadas no balanço patrimonial da instituição.
- IV. diversificação adequada das fontes de captação de recursos.

Estão CORRETAS as condições apresentadas nos itens

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.

18. A política de conformidade adotada por instituições financeiras deve definir, entre outras:

- a) que auditoria interna é a unidade responsável pela função de conformidade.
- b) que os canais de comunicação devem ser estabelecidos somente com o Conselho de Administração e com o Comitê de Auditoria, por onde são

formalizados o relato dos resultados decorrentes das atividades relacionadas à função e de possíveis falhas ou irregularidades identificadas.

c) a existência de procedimentos para a coordenação das atividades relativas à função de conformidade, que deve estar vinculada às funções de administração de risco e de implantação de controles internos.

d) a segregação integral da unidade responsável pela função de conformidade, da atividade de auditoria interna.

19. Com relação às normas que regulam a atividade de Auditoria Interna nas Instituições Financeiras, no que tange à equipe de auditoria interna, assinale a opção CORRETA.

a) Independentemente do modelo de governança, a atividade de auditoria interna deve se reportar ao vice-presidente de Controladoria.

b) Os membros da equipe devem se envolver no desenvolvimento e implantação dos planos de ação para melhorias dos controles internos.

c) Os membros da equipe jamais devem atuar na auditoria de atividades pelas quais tenham tido responsabilidades.

d) A política de remuneração dos membros da equipe deve ser determinada, independentemente do desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflito de interesses.

UTILIZE AS INFORMAÇÕES ABAIXO PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE N^{os} 20 a 23.

Demonstração Contábil com os números extraídos do balancete geral de 31/12/2017 (em milhares de reais):

	Débito	Crédito
ATIVO	180.000	
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	170.000	
TVMs e Instrumentos financeiros derivativos	60.000	
Livres	40.000	
Vinculados a Operações Compromissadas	10.000	
Outros	10.000	
Relações Interfinanceiras	15.000	
Operações de Crédito	80.000	
Empréstimos e Títulos descontados	65.000	
Financiamentos	15.000	
Outros	5.000	
Provisão para Operações de Crédito (-)	(5.000)	
Outros Créditos	10.000	
Outros Valores e Bens	5.000	
PERMANENTE	10.000	
Investimentos	8.000	
Imobilizado de Uso	1.000	
Diferido	100	
Intangível	900	
PASSIVO E REF		137.000
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		136.000
Depósitos		80.000
Obrigações por operações compromissadas		10.000
Rec de Ac Camb, LIS e LHS, Debent e simil.		6.000
Operações por Empréstimos e Repasses		25.000
Outras Obrigações		15.000
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.000
Capital Social		15.000
Reservas		6.500
Ajuste Vlr. Mercado TVMs e Instr Financeiros		(1.500)
CONTAS DE RESULTADOS CREDORAS		50.000
Receitas Operacionais		48.000
Receitas Não Operacionais		2.000
CONTAS DE RESULTADOS DEVEDORAS	25.000	
Despesas Operacionais	24.300	
Despesas Não Operacionais	700	
APURAÇÃO DE RESULTADOS	2.000	
Imposto de Renda e CS	1.500	
Participação nos Lucros	500	
SOMA DOS SALDOS DAS CONTAS	207.000	207.000

Condições a serem obrigatoriamente consideradas:

- **As contas do Sistema de Compensação não são consideradas.**
- **A equipe de auditoria executou procedimentos de acordo com o planejamento dos trabalhos nas diversas áreas de auditoria e preparou uma cédula de ajustes de auditoria para discussão com a administração do Banco.**
- **A materialidade de planejamento foi determinada com base na premissa correspondente a 5% do Lucro Líquido antes do IR e CSLL; a materialidade de execução foi calculada a 50% da materialidade de planejamento, uma vez que o ambiente de controles internos da auditada está avaliado como de risco médio; e que as eventuais diferenças abaixo da materialidade de planejamento e superiores a 10% dessa materialidade serão controladas para fins de apuração de diferenças relevantes, caso a soma delas atingir a materialidade de planejamento.**

Nas questões de 20 a 23 são descritas situações identificadas durante a aplicação dos procedimentos de auditoria. Indique, em cada caso:

- **As contas ou áreas da demonstração contábil objeto da auditoria.**
- **O(s) procedimento(s) de auditoria adequados para a execução dos exames, considerando o objetivo de concluir sobre a mensuração adequada (não devem ser listados “procedimentos analíticos” e “indagação”).**
- **Os ajustes a serem recomendados para a Administração ou responsáveis pela governança do Banco XYZ, se for o caso, independentemente da materialidade estabelecida.**

20. Foi constatada a existência de créditos relativos a precatórios contra o Tesouro Nacional, no valor de R\$ 2.000 mil. Esses títulos foram entregues

em pagamento por empresa que então detinha débitos inadimplidos, já baixados em Créditos em Liquidação pelo Banco, que os recebeu uma vez assegurados por sentença passada em julgado. Todavia, os respectivos títulos se encontram em depósito judicial, uma vez a União estar ainda demandando contra a referida empresa beneficiada, questionando valores relativos a outros contratos. O Banco recebeu esses títulos ao final de 2015 e não vem reconhecendo a remuneração correspondente à variação monetária (IPCA) e juros, no valor acumulado de R\$ 230 mil em 31/12/2016.

a) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outros Valores e Bens

Procedimento de auditoria: Reexecução.

Ajustes recomendados: crédito de Outros Valores e Bens para débito em adequada conta de resultados, no valor de R\$ 2.000 mil.

b) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outros Créditos.

Procedimento de auditoria: observação.

Ajustes recomendados: crédito de Outros Créditos e débito em adequada conta de resultado pelo valor de R\$ 230 mil.

c) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outros Valores e Bens.

Procedimento de auditoria: inspeção.

Ajustes recomendados: crédito em Outros Valores e Bens e débito em TVMs e Instrumentos financeiros Derivativos – Outros, pelo valor de R\$ 2.000 mil.

d) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outros Créditos.

Procedimento de auditoria: inspeção, confirmação externa e recálculo.

Ajustes recomendados: débito em Outros Créditos, na subconta adequada dos referidos títulos a receber e crédito em adequada Conta de Resultados, no valor de R\$ 230 mil.

21. O Banco XYZ é patrocinador da Fundação XYZ de Seguridade Social, que assegura complementação de benefícios de aposentadoria a seus funcionários que aderiram aos respectivos planos de benefícios que foram implantados. O mais antigo dos planos em vigência é da modalidade “Benefício Definido” (os demais são da modalidade “Contribuição Definida”). A avaliação efetuada e o respectivo laudo atuarial, preparados ao final do exercício de 2016, resultaram em um déficit substancial, em decorrência da crise econômica do País, que afetaram as premissas básicas de cálculos. A parcela de responsabilidade do Banco XYZ é de R\$ 10.000 mil, líquida dos efeitos tributários. Foi apurado que o Banco não procedeu às apropriações contábeis decorrentes deste fato contábil.

a) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outros Créditos.

Procedimento de Auditoria: recálculo.

Ajustes recomendados: crédito em Outros Créditos, pelo débito de igual valor na correspondente conta de resultado.

b) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outras Obrigações.

Procedimento de Auditoria: confirmação externa e recálculo.

Ajustes recomendados: crédito em Outras Obrigações pelo valor correspondente a parcela de responsabilidade do Banco, para contrapartida a débito de adequada conta de Ajuste do Patrimônio Líquido.

c) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outras Obrigações.

Procedimento de auditoria: confirmação externa e recálculo.

Ajustes recomendados: crédito em Outras Obrigações pelo valor correspondente a parcela de responsabilidade do Banco, em contrapartida a débito em adequada Conta de Resultados.

d) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outros Créditos.

Procedimento de Auditoria: recálculo e confirmação externa.

Ajustes recomendados: nenhum ajuste recomendado.

22. O banco mantinha passivo contingente trabalhista, avaliado como de risco de perda provável, no valor de R\$ 5.000 mil. No presente exercício, apurou-se que o processo foi vencido pelo Banco, por decisão final e vinculante do Tribunal Superior do Trabalho, deixando de existir a obrigação. Os exames de auditoria, todavia, constataram que a administração do banco não considerou esse fato, deixando de produzir o devido efeito contábil.

a) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outras Obrigações.

Procedimento de Auditoria: inspeção e confirmação externa.

Ajustes recomendados: Débito em adequada conta de Outras Obrigações, tendo como contrapartida o crédito em adequada conta de Resultados.

b) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outros Créditos.

Procedimentos de Auditoria: observação e recálculo.

Ajustes recomendados: Crédito em adequada conta de Outros Créditos e débito em adequada conta de Resultados.

c) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Patrimônio Líquido.

Procedimentos de Auditoria: recálculo.

Ajustes recomendados: Crédito em Ajustes do Patrimônio Líquido, tendo como contrapartida débito em conta adequada de Resultados.

d) Conta ou área da demonstração contábil auditada: Outras Obrigações.

Procedimentos de Auditoria: confirmação externa.

Ajustes recomendados: Crédito em adequada conta de Outras Obrigações, tendo como contrapartida débito em adequada conta do Patrimônio Líquido.

23. Considerando a demonstração contábil apresentada, as condições a serem obrigatoriamente consideradas e a questão 20 anterior, determine qual o tipo de opinião deve ser emitida no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis do Banco XYZ S/A, caso a administração do Banco se recuse a efetuar qualquer ajuste recomendado para o evento apresentado na questão 20, justificando que os trâmites oficiais ainda não ocorreram.

- a) Relatório com Opinião Sem Modificações: tipo Limpo.
- b) Relatório com Opinião Modificada: tipo Opinião com Ressalva.
- c) Relatório com Opinião Modificada: tipo Opinião Adversa.
- d) Relatório com Opinião Modificada: tipo Abstenção de Opinião.

24. Durante seus exames, o auditor independente pôde concluir que a Política de Segurança Cibernética implantada pela instituição financeira, cujas demonstrações contábeis são objeto de sua auditoria, mantém frágeis controles voltados para a rastreabilidade da informação e que, portanto, não estão garantindo a segurança das informações sensíveis. Na emissão de sua opinião, o auditor deve:

- a) incluir um parágrafo de ênfase que indique o problema, mas sem ressaltar sua opinião.
- b) desconsiderar esse assunto para fins de emissão de opinião.
- c) considerar-se impedido de emitir opinião diante de incerteza relevante.
- d) ressaltar sua opinião em razão da mencionada fragilidade de controle.

25. Sua firma foi convidada a apresentar uma proposta de prestação de serviços de auditoria interna para uma instituição financeira. Considerando as afirmações apresentadas nos itens abaixo, indique

aquelas que permitem sua firma ser contratada para realizar auditoria interna da instituição.

- I. A entidade não possui Comitê de Auditoria por determinação regulamentar.
- II. Sua firma não é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da entidade.
- III. A auditoria interna é independente e não está diretamente subordinada a nenhum órgão da administração.
- IV. A auditoria interna é, também, responsável pela área de conformidade.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) I, II e IV.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) II, III e IV.

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)**

**Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pelo
Banco Central do Brasil (BCB)**

16ª Edição - 2016

1. Para fins de registro contábil, considera-se instrumento financeiro qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio para outra. Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que:

- a) “ativo financeiro” pode ser instrumento de capital próprio da mesma entidade, dinheiro, exceto direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade.
- b) “passivo financeiro” pode ser uma obrigação contratual de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis à própria entidade.
- c) “ativo financeiro” pode ser um direito contratual de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis à própria entidade.
- d) “passivo financeiro” pode ser o recebimento de dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade.

2. A regulação prudencial do CMN/BCB faculta aos bancos comerciais a utilização de modelos internos de risco de mercado, para cálculo diário referente à parcela RWA_{MINT} , nos termos do Cosif e do consolidado econômico-financeiro. Os modelos internos de risco devem ser aderentes a requisitos qualitativos, como os de:

- a) mensurar todos os riscos operacionais relevantes, aí incluídos o risco de contratação, risco de fraudes internas e externas e o risco específico.
- b) permitir a mensuração do risco de crédito, mediante utilização de carteiras hipotéticas.
- c) estar integrados à estrutura de gerenciamento de risco de mercado e ser utilizados em conjunto com os limites definidos pela instituição para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.
- d) permitir a mensuração do risco de liquidez, mediante utilização de carteiras hipotéticas.

3. Para cada uma das estruturas de gerenciamento de risco, devem ser divulgados aspectos qualitativos considerando-se, no mínimo, os riscos de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, bem como os riscos associados ao investimento em participações societárias e à taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, **NÃO** incluindo a descrição:

- a) dos objetivos e das políticas de gerenciamento de riscos, abordando a organização das respectivas estruturas, as estratégias e os processos utilizados.
- b) do processo estruturado de comunicação e informação de riscos e dos sistemas de mensuração utilizados pela instituição.
- c) dos clientes que compõem a Carteira de Operações de Crédito que se encontrem em inadimplência elevada.
- d) das políticas de mitigação de riscos, das estratégias e dos processos utilizados para o monitoramento contínuo da efetividade dos instrumentos de mitigação.

4. O Patrimônio de Referência (PR) de Conglomerado deve ser calculado em bases consolidadas para as instituições integrantes de um mesmo conglomerado prudencial. Consiste no somatório do Nível I e do Nível II, em que o Nível I consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar. O Capital Complementar é apurado mediante o somatório dos valores correspondentes aos instrumentos que atendem, entre outros, a requisitos específicos. Com relação aos requisitos, identifique somente aqueles regulamentares da espécie e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Ser integralizados em espécie.
- II. Ter caráter de perpetuidade.
- III. Ser resgatáveis apenas por iniciativa do emissor.
- IV. Ter a sua compra financiada, direta ou indiretamente, pela instituição emissora. Estão **CERTOS** os requisitos:

- e) 1, 2 e 3, apenas.
- f) 1, 3 e 4, apenas.
- g) 2, 3 e 4, apenas.
- h) 3 e 4, apenas.

5. O Nível I do Patrimônio de Referência consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar. O Capital Principal é apurado mediante a soma e dedução dos valores correspondentes aos itens apontados especificamente nas normas regulamentares do CMN/BCB. Identifique os itens apontados regularmente para a soma na apuração do Capital Principal e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. O capital social constituído por quotas, quotas-partes, ou por ações não resgatáveis e sem mecanismos de cumulatividade de dividendos.**
- II. Às perdas ou prejuízos acumulados.**
- III. Às reservas de capital, de reavaliação e de lucros.**
- IV. Às contas de resultado credoras. Estão CERTOS os itens:**
 - A. 1, 2 e 4, apenas.
 - B. 1, 3 e 4, apenas.
 - C. 1, 2 e 3, apenas.
 - D. 2 e 4, apenas.

6. Os bancos autorizados a operar em câmbio no país devem registrar o acolhimento de depósitos em moedas estrangeiras, de livre movimentação, efetuado por pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior e

outras. Assinale a opção que apresenta a conta para registro da obrigação assumida pelos referidos bancos.

- a) Disponibilidades em Moedas Estrangeiras.
- b) Depósitos em Moedas Estrangeiras no País.
- c) Débitos em Moedas Estrangeiras.
- d) Obrigações em Moedas Estrangeiras.

7. As garantias são contabilizadas levando-se em conta o valor pelo qual foram recebidas ou prestadas, NÃO cabendo registro em contas:

- a) de compensação as receitas em operações ativas, quando mantidas em poder da instituição ou de terceiros, exceto o próprio mutuário.
- b) patrimoniais, quando constituídas em dinheiro.
- c) de compensação as prestadas, quando não prevista sua vinculação nas respectivas contas do ativo.
- d) de resultados, quando prevista sua vinculação a contas do passivo.

8. Qual das opções abaixo é caracterizada como Risco Operacional?

- a) Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços.
- b) Operações sujeitas à variação cambial.
- c) Operações sujeitas aos preços de mercadorias nos mercados de *commodities*.
- d) Operações sujeitas a variação de taxas de juros.

9. Sobre as operações com Taxas Prefixadas, indique a resposta CORRETA.

- a) As rendas e os encargos das operações com taxas prefixadas são apropriados mensalmente, a crédito ou a débito das contas retificadoras do circulante ou longo prazo, conforme o caso, em razão da fluência de seus prazos, não se admitindo a apropriação em períodos inferiores a um mês.
- b) As rendas e os encargos proporcionais aos dias decorridos no mês acima de 15 dias da contratação da operação devem ser apropriados dentro do próprio mês, “pro rata temporis”.
- c) A apropriação das rendas e dos encargos mensais das operações prefixadas faz-se mediante a utilização do método exponencial, não se admitindo a apropriação por qualquer outros método.
- d) As operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos prefixados contabilizam-se pelo valor presente, registrando-se as rendas e os encargos a apropriar em subtítulo de uso interno do próprio título ou subtítulo contábil utilizado para registrar a operação.

10. Acerca das modalidades de operações bancárias, assinale a opção CORRETA.

- a) Empréstimos são as operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os empréstimos de parques industriais, máquinas e equipamentos, bens de consumo durável, rurais e imobiliários.
- b) Financiamentos são as operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os financiamentos para capital de giro, os financiamentos pessoais e os adiantamentos a depositantes.
- c) Financiamentos com garantia de títulos descontados são as operações financeiras com destinação específica. São exemplos os financiamentos para dar suporte ao capital de giro dos tomadores.

d) Empréstimos são as operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os empréstimos para capital de giro, os empréstimos pessoais e os adiantamentos a depositantes.

11. Na categoria “Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, como:

- a) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra.
- b) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de revenda ou de compra cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- c) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor acrescido do encargo acordado desse ativo no momento da revenda.
- d) venda condicionada de ativo financeiro.

12. Assinale a opção que NÃO se encontra em conformidade com as normas do Banco

Central do Brasil (BCB).

- a) A delegação de função de integrante do comitê de auditoria só é permitida com autorização do Banco Central do Brasil.
- b) No comitê de auditoria, o número de integrantes, critérios de nomeação, de destituição e de remuneração, tempo de mandato e atribuições devem estar expressos no estatuto ou no contrato social da instituição.
- c) Pelo menos um dos integrantes do comitê de auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de Contabilidade e Auditoria que o qualifiquem para a função.

d) O membro do comitê de auditoria com mandato inferior a cinco anos poderá ser reconduzido até atingir aquele limite de cinco anos, mediante prévia autorização do BCB.

13. O Fundo de Reserva das cooperativas de crédito de que trata o Art. 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades, deve ser registrado no título:

- a) Reservas Especiais de Lucros.
- b) Reserva Legal.
- c) Reservas para Contingências.
- d) Outras Reservas de Capital.

14. Às Agências de Fomento submetidas à supervisão e à fiscalização do Banco Central do Brasil (BCB), são facultadas, entre outros, as operações que seguem, EXCETO a de:

- a) captação de recursos junto ao público.
- b) prestação de garantias, na forma regulamentada.
- c) prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro.
- d) realização de operações de financiamento de capital fixo e de giro.

15. A instituição financeira, seus administradores, gerentes, membros do conselho de administração, fiscal e outros semelhantes, estão sujeitos a penalidades cabíveis, nos termos da Lei, como prevê o Cosif, no caso de procederem como abaixo descrito,

EXCETO o procedimento de:

- a) registrar as receitas e despesas no período em que elas ocorrem e não na data do efetivo ingresso ou desembolso, respectivamente.
- b) fornecimento de informações inexatas.
- c) falta ou atraso de conciliações contábeis.
- d) escrituração mantida em atraso por período superior a 15 (quinze) dias.

16. Assinale a opção que apresenta a Demonstração que NÃO é exigida pelo Banco

Central do Brasil (BCB).

- a) Demonstração do Resultado do Semestre/Exercício.
- b) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- d) Demonstração do Valor Adicionado.

17. Devem integrar as demonstrações contábeis consolidadas todos os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham, substancialmente, riscos e benefícios, EXCETO aqueles cuja assunção ou retenção substancial de riscos e benefícios ocorra por meio de:

- a) bancos comerciais e bancos múltiplos.
- b) sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.
- c) sociedades de investimentos.
- d) sociedades corretoras de TVMS e distribuidoras de TVMS.

UTILIZE AS INFORMAÇÕES ABAIXO PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE 18 A 22.

O Banco XYZ obteve um lucro de R\$532 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 20X5. Segue abaixo a Demonstração Financeira do Banco XYZ.

Demonstração Contábil com os números extraídos do balancete geral de 31-12-2015, modelo BCB CADOC 4010 (pré-balanço), do Banco XYZ:

<u>ATIVO TOTAL</u>		<u>63.429</u>
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>62.159</u>
	19.83	
TVM e Instrumentos financeiros derivativos	<u>8</u>	
Livres	12.476	
Vinculados a Operações Compromissadas	4.694	
Outros	2.648	
Relações Interfinanceiras	7.448	
	<u>27.22</u>	
Operações de Crédito	<u>9</u>	
Empréstimos e Títulos descontados	19.919	
Financiamentos	6.927	
Outros	2.236	
Provisão para Operações de Crédito (-)	(1.853)	
Outros Ativos	7.564	
PERMANENTE		<u>1.270</u>
Investimentos	949	
Imobilizado de Uso	271	
Diferido	13	
Intangível	37	
<u>PASSIVO E REF</u>		<u>57.226</u>
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>57.211</u>
Depósitos		36.323
Obrigações por operações compromissadas		4.681
Rec de Ac Camb, LIS e LHS, Debent e simil.		2.885
Operações por Empréstimos e Repasses		4.557
Outros passivos		8.765
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		15
PATRIMÔNIO		<u>5.67</u>
LÍQUIDO		<u>1</u>
Capital Social		4.250
Reservas		1.453

Ajuste Vlr. Mercado TVM e Instr Financ Derivativos		(32)	
			<u>6.29</u>
CONTAS DE RESULTADOS CREDORAS			<u>5</u>
Receitas Operacionais		6.286	
Receitas Não Operacionais		9	
CONTAS DE RESULTADOS DEVEDORAS			<u>5.621</u>
Despesas Operacionais	5.616		
Despesas Não Operacionais	5		
APURAÇÃO DE RESULTADOS			<u>14</u>
			<u>2</u>
Imposto de Renda e CS	75		
Participação nos Lucros	67		
			<u>69.19</u>
	TOTAIS	<u>69.192</u>	<u>2</u>

- As contas do Sistema de Compensação não são consideradas.
- A equipe de auditoria executou procedimentos de acordo com o planejamento dos trabalhos nas diversas áreas de auditoria, e preparou uma cédula de proposta de ajustes de auditoria para discussão com a administração do Banco.
- A materialidade de planejamento foi determinada com base na premissa correspondente a 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido antes do IR e CSLL; a materialidade de execução foi calculada a 50% (cinquenta por cento) da materialidade de planejamento, uma vez que o ambiente de controles internos da auditada está avaliado como risco médio; e que as eventuais diferenças abaixo da materialidade de planejamento e superiores a 10% (dez por cento) dessa materialidade serão controladas para fins de apuração de diferenças relevantes, caso a soma delas atingir a materialidade de planejamento.
- Considerando que “procedimentos analíticos” e “indagação” são utilizados comumente em praticamente todas as áreas ou contas das demonstrações contábeis auditadas, não serão exigidas nas alternativas das questões propostas.

- Nas questões de nº 18 a 22 são descritos eventos ocorridos durante a aplicação dos procedimentos de auditoria. Assinale, em cada caso, qual a opção mais adequada para responder às três indagações abaixo:

- I. Quais as contas ou áreas da demonstração contábil objeto da auditoria?
- II. Qual(is) procedimento(s) de auditoria básico(s) são os mais adequados para execução do auditor, considerando o objetivo de concluir sobre a mensuração adequada?
- III. Qual o ajuste a ser recomendado para a Administração e/ou responsáveis pela governança do Banco XYZ, se for o caso, independentemente da materialidade estabelecida.

18. Constatada a existência como disponibilidade em mãos do Banco XYZ, de cheque datado de 27 de novembro de 20X5, emitido contra o Banco JKL pela correntista Comercial XXXX (considerada ex-devedora de operação de crédito, na modalidade “crédito rotativo em conta corrente”), no valor de R\$90 mil, com as observações no verso: “depositar para liquidação de saldo devedor em conta corrente” e “devolvido duas vezes por insuficiência de fundos”. Este valor compunha o saldo contábil da respectiva conta patrimonial.

- a) Conta ou área da demonstração contábil auditada: disponibilidade - caixa.

Procedimento de auditoria: inspeção.

Ajustes recomendados: (i) crédito de Caixa e débito de Operações de Crédito pelo valor indicado, (ii) acréscimo do valor de encargos do período em atraso, também a débito de Operações de Crédito para crédito em adequada Conta de Resultados e (iii) o valor apurado sobre o valor devido, segundo o percentual correspondente ao nível de atraso, a crédito de Provisão para Operações e Crédito, tendo como contrapartida débito em adequada conta de resultados.

- b) Conta ou área da demonstração contábil auditada: disponibilidade - caixa.

Procedimento de auditoria: observação.

Ajustes recomendados: (i) crédito de Caixa e débito de Outros Créditos pelo valor indicado,

acrescido do valor de encargos do período em atraso, também a débito de Outros Créditos para crédito em adequada Conta de Resultados.

c) Conta ou área da demonstração contábil auditada: disponibilidade - bancos.

Procedimento de auditoria: reexecução.

Ajustes recomendados: crédito de Depósitos à Vista para débito em Operações de Crédito pelo valor indicado.

d) Conta ou área da demonstração contábil auditada: disponibilidade - caixa.

Procedimento de auditoria: confirmação externa.

Ajustes recomendados: (i) crédito em Depósitos à Vista para débito em Operações de Crédito pelo valor indicado, (ii) acrescido do valor de encargos do período em atraso, também a débito em Operações de Crédito; (iii) o valor apurado sobre o valor devido, segundo o percentual correspondente ao nível de atraso, de acordo com a norma do BCB, a crédito de Provisão para Operações de Crédito, tendo como contrapartida débito em adequada conta de resultados.

19. Apurado que um empréstimo no valor de R\$1.600 mil, para liquidação final em 180 dias, foi deferido e efetivado no último dia de dezembro de 20X5 pelo Banco XYZ para a empresa Comercial e Importadora Detudo, integrante do Grupo Econômico DEF e que compõe o saldo da respectiva conta patrimonial. O Banco já detém operações de crédito para outras empresas deste mesmo grupo econômico, cujo saldo devedor em 31.12.20X5, alcançava o valor de R\$40.100 mil, sem incluir este último empréstimo citado. Em 31 de Dezembro de 20X5, o referido saldo de operações de empréstimos encontrava-se em atraso de 155 dias, sendo considerado esse nível de atraso na formação da correspondente “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa”.

a) Conta ou área da demonstração contábil auditada: operações de crédito.

Procedimento de Auditoria: observação.

Ajustes recomendados: crédito em Operações de Crédito pelo valor do saldo atualizado do referido empréstimo, para contrapartida a débito de adequada Conta de Resultados.

- b) Conta ou área da demonstração contábil auditada: outros créditos.

Procedimento de auditoria: confirmação externa.

Ajustes recomendados: nenhum ajuste.

- c) Conta ou área da demonstração contábil auditada: outros créditos.

Procedimento de Auditoria: inspeção.

Ajustes recomendados: crédito em operações de crédito do valor da receita “pró rata” de encargos ativos (da data de efetivação e liberação do crédito para a empresa até o final do período em apuração), pelo débito de igual valor na correspondente conta de resultado (estorno).

- d) Conta ou área da demonstração contábil auditada: operações de crédito.

Procedimento de Auditoria: recálculo.

Ajustes recomendados: crédito em Provisão para Operações de Crédito, pelo valor correspondente ao percentual do nível de atraso das demais operações de crédito do Grupo Econômico, para contrapartida em débito de adequada Conta de Resultados.

20. A posição de 250.000 Letras do Tesouro Nacional detidas pelo Banco XYZ, em 30 de dezembro de 20X5, registrada na respectiva conta do ativo ao PU de R\$935,27, foi no mesmo dia baixada por venda para outra instituição financeira pelo mesmo valor, com compromisso de recompra por um PU de R\$936,01 com prazo estabelecido para o dia 2 de janeiro de 20X6, tudo devidamente registrado no sistema Selic e contabilizado em contas de compensação ativas e passivas, relativas aos valores dos direitos e compromissos decorrentes, bem como apropriando em conta da despesa o valor de R\$185.000,00.

- a) Conta ou área da demonstração contábil auditada: outros investimentos.

Procedimentos de Auditoria: reexecução e observação.

Ajustes recomendados: valor R\$233.817.500,00 debitado em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa Vinculados a Recompras – LTNs no Ativo e creditado em Obrigações por Operações Compromissadas – Recompras a Liquidar – Carteira Própria – LTNs no Passivo. Mais o crédito R\$185.000,00 em Rendas de Títulos de Renda Fixa.

- b) Conta ou área da demonstração contábil auditada: operações compromissadas.

Procedimentos de Auditoria: confirmação externa, inspeção e recálculo.

Ajustes recomendados: débito em subtítulo de uso interno da conta adequada do passivo, da parcela de despesa a apropriar, pelo valor que fora considerado despesa, para contrapartida em crédito na respectiva conta de despesa anteriormente debitada (estorno).

- c) Conta ou área da demonstração contábil auditada: operações compromissadas.

Procedimentos de Auditoria: observação.

Ajustes recomendados: nenhum.

- d) Conta ou área da demonstração contábil auditada: outros investimentos.

Procedimentos de Auditoria: recálculo e observação.

Ajustes recomendados: débito em adequada conta de resultados.

21. Considerando que os investimentos relevantes (empresas coligadas/controladas) são auditados pelo mesmo auditor das demonstrações contábeis do controlador, foi constatada impropriedade de valor relevante nas demonstrações contábeis de banco de investimentos controlado pelo banco auditado. O banco de investimento controlado prestou fiança junto a outro banco para a empresa Industrial WWW, no valor de R\$100.000 mil, com garantia de aval dos

controladores. Como a companhia avalizada foi considerada insolvente por envolvimento em rumoroso caso de corrupção, não honrando o compromisso correspondente, o banco de investimento controlado foi obrigado a honrá-lo. Em razão disso, registrou no seu ativo, na subconta Industrial WWW, da conta diversos créditos, do agrupamento outros créditos e não considerou a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A participação no banco de investimento é de 90% do seu capital total. O patrimônio líquido do banco controlado, apurado em 31.12.20X5, constou registrado por R\$400.000 mil (era de R\$300.000 mil em 30.06.20X5) e o Investimento está registrado no Banco XYZ por R\$360.000 mil (R\$270.000 mil em 30.06.X5).

- a) Conta ou área da demonstração contábil auditada: outros investimentos.

Procedimento de Auditoria: inspeção.

Ajustes recomendados: Crédito em Diversos, de Outros Créditos, tendo como contrapartida débito em adequada conta de Operações de Crédito, no valor de R\$100.000 mil.

- b) Conta ou área da demonstração contábil auditada: outros investimentos.

Procedimentos de Auditoria: observação.

Ajustes recomendados: Débito em adequada conta de Operações e Crédito, tendo como contrapartida crédito em adequada conta de Resultados, no valor de R\$90.000 mil.

- c) Conta ou área da demonstração contábil auditada: participações avaliadas pelo MEP

Procedimentos de Auditoria: recálculo

Ajustes recomendados: Crédito em Investimentos em Coligadas e Controladas no País, Banco de Investimento XYZ S/A, tendo como contrapartida débito em conta adequada de Resultados, no valor de R\$90.000 mil.

- d) Conta ou área da demonstração contábil auditada: participações avaliadas pelo MEP.

Procedimentos de Auditoria: confirmação externa.

Ajustes recomendados: Crédito em Investimentos em Coligadas e Controladas no País, Banco de Investimento XYZ S/A, tendo como contrapartida débito em adequada conta do Patrimônio Líquido, no valor de R\$100.000 mil.

22. Considerando as questões 18 a 21 anteriores, determinar qual o tipo de opinião do auditor, a ser incluída no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis do Banco XYZ S/A, caso a Administração do Banco se recuse a efetuar qualquer ajuste recomendado para o evento da questão 21, justificando que está em negociação com os controladores da Industrial WWW, a quem o banco de investimento controlado prestou fiança quando do contrato no Banco FED, cujos sócios majoritários possuíam patrimônio particular relevante em contas no exterior e se não resolvido na devida urgência, providenciarão a execução via judicial.

1. Relatório com Opinião Sem Modificações: tipo Limpo.
2. Relatório com Opinião Modificada: tipo Opinião com Ressalva.
3. Relatório com Opinião Modificada: tipo Opinião Adversa.
4. Relatório com Opinião Modificada: tipo Abstenção de Opinião.

Nas questões de nºs 23 a 25, considere a carteira abaixo e assinale a opção que apresenta onde a operação está refletida, tanto por tipo de operação, como por nível de risco, cumulativamente.

Banco XYZ

**Carteira de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil,
Outros Créditos com característica de crédito e Coobrigações
e Riscos em Garantias Prestadas.**

Por tipo de Operação, faixas de vencimento e níveis de riscos.

Posição em 31/12/2015, em R\$ Milhões

COMPOSIÇÃO	NIVEIS DE RISCO									TOTAIS
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
POR TIPO DE OPERAÇÃO	6.295	13.129	5.925	2.076	909	279	210	320	1.282	33.447
Operações de Crédito	6.208	13.130	5.925	2.075	909	279	210	320	1.282	30.337
Empréstimos e Títulos Descontados	2.074	10.916	4.027	1.462	761	240	172	298	1.098	21.048
Financiamentos	331	929	1.060	174	67	11	9	6	63	2.650
Financ. Rurais e Agroindustriais	1.501	404	513	154	45	21	18	5	65	2.726
Financiamentos Imobiliários	2.265	782	323	284	35	7	11	11	56	3.774
Créditos Vinculados a Cessão	37	13	2	1	1	-	-	-	-	54
Financ. de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	86	-	-	-	-	-	-	-	86
Operações de Arrendamento Mercantil	5	17	20	7	4	1	1	-	4	59
Adiantamento s/Contratos de Câmbio	83	110	362	164	18	-	34	1	39	811
Outros Créditos	-	5	2	15	-	10	3	-	74	109
Créditos Vinculados a Operações										
Adquiridas c/Cessão	-	706	-	-	-	-	-	7	-	713
Total de Operações com características de Crédito	6.296	13.967	6.309	2.263	931	291	247	328	1.399	32.030
Coobrigações e Riscos em Garantias										
Prestadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.416
TOTAL GERAL DE 2015	6.296	13.967	6.309	2.263	931	291	247	328	1.399	33.448

22. A empresa FGT - Indústria Naval S/A, cliente tradicional do Banco XYZ, com cadastro sem quaisquer restrições é devedora por empréstimo de capital de giro, com garantia real efetivada. A operação foi efetuada em 31/10/2015, no valor inicial de R\$9.900 mil, com carência de 6 (seis) meses de principal e encargos para pagamento em 6 (seis) parcelas mensais a partir de 2/4/2016. O saldo devedor atualizado em 31/12/2015 alcançou o valor de R\$10.220 mil.

- Tipo: Operações de Crédito, Financiamentos e Nível de Risco: "B".
- Tipo: Outros Créditos e Nível de Risco: "A".
- Tipo: Operações de Crédito, Empréstimos e Títulos Descontados e Nível de Risco: "AA".
- Tipo: Operações de Crédito, Empréstimos e Títulos Descontados e Nível de Risco: "A".

23. A Cia Comercial e Importadora ABC é devedora por operação de adiantamento de câmbio, cujo saldo devedor em 31/12/2015 alcança o valor de R\$5 milhões e se encontra vencida, com atraso de 62 (sessenta e dois) dias. Esta operação é garantida por fiança de sócio majoritário da referida empresa.

- Tipo: Adiantamento s/Contrato de Câmbio e Nível de Risco: "D".
- Tipo: Operação de Crédito, Empréstimos e Títulos Descontados e Nível de Risco: "C".
- Tipo: Operação de Crédito, Empréstimos e Títulos Descontados e Nível de Risco: "D".

d) Tipo: Adiantamento s/Contrato de Câmbio e Nível de Risco: “C”.

25. A Cia. Industrial Brasileira, classificada como de grande porte, cliente tradicional, até então com cadastro sem quaisquer restrições, foi atingida pela crise econômica atual e se encontra inadimplente em suas obrigações para com o banco relativas a aporte para nova planta industrial, já em atraso de 93 (noventa e três) dias, no valor de R\$150 milhões. Ao final de 2015, a companhia renegociou novo prazo com vencimentos a partir de 30/6/2016, mantendo-se as demais cláusulas do contrato.

A. Tipo: Operações de Crédito – Financiamentos e Nível de Risco: “A”.

B. Tipo: Operação de Crédito, Empréstimos e Títulos Descontados e Nível de Risco: “D”.

C. Tipo: Operação de Crédito, Empréstimos e Títulos Descontados e Nível de Risco: “A”.

D. Tipo: Operações de Crédito – Financiamentos e Nível de Risco: “E”.

GABARITO

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)**
Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pelo
Banco Central do Brasil (BCB)
20ª Edição - 2019

Questão	Resposta
1	A
2	B
3	A
4	D
5	D
6	B
7	D
8	C
9	D
10	C
11	B
12	A
13	B
14	A
15	A
16	D
17	D
18	C
19	C
20	D
21	A
22	D
23	B
24	C
25	A

GABARITO

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)
Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pelo
Banco Central do Brasil (BCB)
18ª Edição – 2018**

Questão	Resposta
1	A
2	C
3	C
4	C
5	B
6	D
7	D
8	A
9	A
10	A
11	B
12	C
13	A
14	C
15	B
16	C
17	ANULADA
18	D
19	D
20	D
21	B
22	A
23	A
24	B
25	B

GABARITO

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)
Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pelo
Banco Central do Brasil (BCB)
16ª Edição – 2016

Questão	Resposta
1	C
2	C
3	C
4	A
5	B
6	B
7	D
8	A
9	D
10	D
11	A
12	A
13	B
14	*ANULADA
15	A
16	D
17	B
18	A
19	D
20	B
21	C
22	B
23	C
24	A
25	*ANULADA

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **20º Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) - BCB**, 2019. Disponível em < https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2020/06/BCB_20.pdf >. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **18º Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) – BCB**, 2018. Disponível em < https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/09/BCB_18-1.pdf >. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **16º Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) – BCB**, 2016. Disponível em < https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/BCB_16.pdf >. Acesso em: 20 out. 2020.

